

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA**

CRISTIANE SILVA DE SOUSA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
PERSPECTIVAS DE EX BENEFICIÁRIOS DE SAÍDA VOLUNTÁRIA**

**JOÃO PESSOA
2017**

CRISTIANE SILVA DE SOUSA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
PERSPECTIVAS DE EX BENEFICIÁRIOS DE SAÍDA VOLUNTÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos necessários para à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública. Sob a orientação do Professor Dr. Maurício Sardá de Faria.

João Pessoa
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S725p Sousa, Cristiane Silva.

Programa Bolsa Família: perspectivas de ex beneficiários de saída voluntária / Cristiane Silva Sousa. – João Pessoa, 2017.
50f.: il.

Orientador(a): Prof^o Dr. Mauricio Sarda de Faria.

Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Pobreza . 2. Programas de Transferência de Renda. 3. Bolsa Família.
4. Saída Voluntária. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:35(043.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO PÚBLICA



ATA DE DEFESA DE TCC

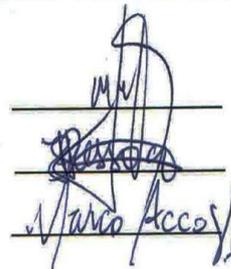
Ao trigésimo dia do mês de maio de 2017, às 10 horas, na sala nº 60 no ambiente dos professores do CCSA, a discente Cristiane Silva de Sousa, regularmente matriculada no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública/DGP/CCSA/UFPB, defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, "Programa bolsa família: perspectivas dos ex beneficiários de saída voluntária" fazendo-se presente na banca examinadora os professores Joseneide Souza Pessoa, Marco Antônio de Castilhos Acco e Maurício Sardá de Faria (orientador), sob presidência deste último. A discente obteve nota 10,0 (dez), obtendo aprovação na disciplina TCC.

João Pessoa, 30.05.2017

Prof.º Orientador: Maurício Sardá de Faria

1º Examinador: Joseneide Souza Pessoa

2º Examinador: Marco Antônio de Castilhos Acco





Secretária da Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Á DEUS, fonte suprema
de Sabedoria e Força,
e presença constante
em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à DEUS, pela força Nele encontrada, para superação das diversas batalhas enfrentadas para a conclusão desse curso.

À minha mãe, Maria José, que sempre está presente em todas as situações torcendo pelas minhas conquistas e me dando suporte para vencer os obstáculos.

Ao meu esposo Jackson Douglas, pessoa essencial nessa trajetória, que com sua positividade sempre me incentivou a continuar nos momentos em que pensei em desistir, fazendo-me enxergar além das dificuldades. E sempre proporcionando o suporte necessário.

Aos meus filhos Letícia e Henrique, pelas ausências suportadas, mas é por eles que busco a cada dia tornar-me uma pessoa melhor.

Aos meus colegas de trajetória acadêmica, pelas angústias e experiências compartilhadas no decorrer do curso.

Agradeço ao meu professor orientador, Maurício Sardá, que indiretamente, com seus textos e opiniões, me influenciou na escolha do tema da pesquisa.

E principalmente, meu profundo agradecimento a todas as mulheres que se dispuseram a participar das entrevistas, pois sem seus relatos não seria possível à concretização dessa pesquisa.

Enfim, muito obrigado a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

“Miséria é imoral. Pobreza é imoral.
Talvez seja o maior crime moral que
uma sociedade possa cometer.”

Herbert de Souza

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar as motivações que levaram alguns beneficiários a saírem de forma voluntária do Programa Bolsa Família (PBF) no município de João Pessoa. Buscando identificar quem são esses ex beneficiários, entender os reais motivos que os levaram a sair do programa e investigar quais as contribuições do Bolsa Família em sua vida. Trata-se de um estudo exploratório, de natureza qualitativa, que procura perceber os sentidos que os sujeitos atribuem a determinado fenômeno social. A elaboração desse trabalho ocorreu por meio de leitura e análise da bibliografia e de documentos sobre os programas de transferência de renda em geral e sobre o Programa Bolsa Família em específico. Este trabalho traça a trajetória de como se constituiu o Sistema Brasileiro de Proteção Social e a importância dos Programas de Transferência de Renda para o enfrentamento da pobreza. Destaca os principais programas de transferência de renda existentes no Brasil, a importância do Cadastro Único e as contribuições do Bolsa Família na melhoria de vida dos seus beneficiários. Além de trazer relatos de ex beneficiários, que participaram das entrevistas, expondo suas experiências com o Bolsa Família. Os resultados evidenciaram contribuições significativas, a exemplo da melhoria na alimentação, complemento da renda, entre outras, que o Bolsa Família exerceu na vida desses beneficiários no período de inserção do programa. Os relatos feitos pelas ex beneficiárias nos mostraram que as motivações que as levaram a deixar o programa vão muito além da melhoria de renda. E o debate acadêmico a cerca do maior programa de transferência de renda existente no Brasil é bastante relevante considerando o período político econômico atual vivenciado pelo país.

Palavras-chave: Pobreza, Programas de Transferência de Renda, Bolsa Família, Saída Voluntária.

ABSTRACT

The purpose of this Course Completion Work is to analyze the motivations that led some beneficiaries to voluntarily leave the Bolsa Família Program (PBF) in the municipality of João Pessoa. Seeking to identify who these former beneficiaries are, understand the real reasons that led them to leave the program and investigate what the Bolsa Família contributions in their life. It is an exploratory study, of a qualitative nature, that seeks to perceive the senses that the subjects attribute to a certain social phenomenon. The preparation of this work took place through reading and analysis of the bibliography and documents about the programs of transfer of income in general and about the Bolsa Família Program in specific. This paper traces the trajectory of how the Brazilian System of Social Protection was constituted and the importance of the Programs of Transfer of Income to the confrontation of the poverty. It highlights the main income transfer programs in Brazil, the importance of the Cadastro Único and the contributions of Bolsa Família in improving the lives of its beneficiaries. In addition to bringing reports of former beneficiaries, who participated in the interviews, exposing their experiences with Bolsa Família. The results showed significant contributions, such as the improvement in food, income supplement, among others, that the Bolsa Família exercised in the lives of these beneficiaries during the period of insertion of the program. The reports made by the former beneficiaries showed us that the motivations that led them to leave the program go far beyond improving income. And the academic debate about the largest income transfer program in Brazil is very relevant considering the current political economic period experienced by the country.

Keywords: Poverty, Income Transfer Programs, Family Grant, Voluntary Exit.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BB** Benefício Básico
- BF** Bolsa Família
- BPC** Benefício de Prestação Continuada
- BV** Benefício Variável
- BVG** Benefício Variável à Gestante
- BVJ** Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
- BVN** Benefício Variável à Nutriz
- BSP** Benefício para Superação da Extrema Pobreza
- CADÚNICO** Cadastro Único
- CAGED** Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CEF** Caixa Econômica Federal
- CF** Constituição Federal
- CGU** Controladoria Geral da União
- CNPJ** Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- CRAS** Centro de Referência de Assistência Social
- CRC** Centro de Referência da Cidadania
- ECA** Estatuto da Criança e do Adolescente
- FMAS** Fundo Nacional de Assistência Social
- FNAS** Fundo Municipal de Assistência Social
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IGD-E** Índice de Gestão Descentralizada Estadual
- IGD-M** Índice de Gestão Descentralizada Municipal
- INSS** Instituto Nacional do Seguro Social
- IPEA** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LOAS** Lei Orgânica de Assistência Social
- MDS** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- NIS** Número de Identificação Social
- NOB** Norma Operacional Básica de Assistência Social
- ONU** Organização das Nações Unidas
- PBF** Programa Bolsa Família
- PETI** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRM Programa de Garantia de Renda Mínima

PIB Produto Interno Bruto

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PTR Programa de Transferência de Renda

PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e a Emprego

RAIS Relação Anual de Informações Sociais

SENARC Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SIAPE Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SISOBI Sistema de Controle de Óbitos

SISPETI Sistema Específico do PETI

SUAS Sistema Único de Assistência Social

TAC Taxa de Avaliação Cadastral

TCU Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL | 15 |
| 1.1. Breve histórico: Os PTRs no Brasil e sua importância no combate a pobreza | 15 |
| 1.2. Principais programas de transferência de renda no Brasil: BPC, PETI e PBF..... | 18 |
| 1.2.1. BPC..... | 18 |
| 1.2.2. PETI..... | 19 |
| 1.2.3. PBF | 20 |
| 2. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS | 23 |
| 2.1. Cadastro Único para Programas Sociais..... | 23 |
| 2.2. Contribuições do Bolsa Família na vida das famílias beneficiárias | 27 |
| 3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM JOÃO PESSOA..... | 31 |
| 3.1. Alcance do Programa Bolsa Família no município de João Pessoa..... | 31 |
| 3.2. Saída voluntária? | 35 |
| 3.3. Aproximação do objeto da pesquisa: desenho metodológico..... | 37 |
| 3.4. Perspectivas de ex beneficiários de saída voluntária..... | 39 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 45 |
| REFERÊNCIAS | 47 |
| ANEXOS | 50 |

INTRODUÇÃO

O combate à pobreza no Brasil nas últimas décadas tem sido um dos principais temas presentes nas agendas governamentais. Pois mesmo com a Constituição Federal de 1988 (CF/88) garantindo direitos sociais, uma grande parcela da nossa população sempre viveu em situação de pobreza e sem o mínimo acesso a esses direitos básicos.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal que surgiu com o propósito de proporcionar um alívio imediato da pobreza e consequentemente contribuir para o desenvolvimento das famílias através de suas condicionalidades. Contudo, segundo Rego e Pinzani:

A pobreza é um problema complexo e, como tal, não admite uma solução fácil. Portanto, não pode ser resolvida simplesmente por meio de um programa de transferência direta de renda como o Bolsa Família. Contudo, tal programa enfrenta importantes questões ligadas à pobreza, oferecendo lhes uma resposta pelo menos parcial; melhor ainda, lida com algumas de suas facetas. Seria um erro pensar que o BF se limita a garantir a sobrevivência material de famílias destituídas e extremamente pobres (embora isso constitua obviamente um dos seus principais méritos). (REGO; PINZANI, 2014, p. 19 e 20).

Assim, o Bolsa Família tornou-se o programa de transferência de renda com maior alcance e focalizado nas famílias mais pobres que em conjunto com outros programas vem obtendo resultados importantes na melhoria da renda das famílias beneficiárias e no acesso dessas aos seus direitos sociais.

Partindo dessa perspectiva, de enfrentamento da pobreza e melhoria da qualidade de vida, o programa Bolsa Família vem contribuindo de forma significativa para que essas mudanças se concretizem. Tanto que algumas famílias têm saído do programa de forma voluntária. Dados do MDS (2015) mostram que, em 11 anos de existência, 3.155.201 famílias saíram voluntariamente do programa, dados esses que derrubam mitos que afirmam, por exemplo, que os beneficiários se tornam dependentes do programa.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as motivações que levaram alguns beneficiários a saírem voluntariamente do Programa Bolsa Família no município de João Pessoa. Especificamente, procuramos identificar quem são esses beneficiários de saída voluntária, entender os motivos que os levaram a sair do programa e investigar quais as contribuições do BF para a melhoria na qualidade de vida desses ex beneficiários de saída voluntária.

Trata-se de um estudo exploratório, de natureza qualitativa, que procura perceber os sentidos que os sujeitos atribuem a determinado fenômeno social, ou aspectos da sua vida e das relações que mantêm com os outros e o mundo.

A realização da pesquisa teve início, primeiramente, com a leitura e análise da bibliografia e documentos sobre os programas de transferência de renda em geral e sobre o Programa Bolsa Família em particular. Em seguida, procuramos encontrar junto ao órgão municipal responsável pela gestão do Bolsa Família informações sobre o Programa no território e sobre os beneficiários que haviam deixado voluntariamente o programa.

Ressaltamos aqui a grande dificuldade imposta pela diretora do DAS - Diretoria de Assistência Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, setor da Prefeitura Municipal de João Pessoa responsável pela gestão do Programa Bolsa Família, para que pudessemos ter acesso aos dados desses ex beneficiários, embora o MDS deixe claro no Guia do Gestor Municipal do Cadastro Único que para fins de pesquisas acadêmicas esses dados podem ser utilizados por terceiros.

Porém, todas as dificuldades impostas foram vencidas, atendemos todas as solicitações reivindicadas pela diretora para termos acesso aos dados desses ex beneficiários. E após identificarmos alguns desses beneficiários de saída voluntária, elaboramos um roteiro e realizamos entrevistas semiestruturadas com os mesmos. Salientamos também a resistência da maioria desses ex beneficiários contatados para participar das entrevistas.

Através da análise dos relatos apresentados por esses ex beneficiários buscaremos expor suas perspectivas a cerca do programa e o quanto o mesmo atendeu suas necessidades imediatas no período em que estavam inseridos no programa. Além de esclarecer o que determinou essa saída voluntária.

A presente pesquisa esta dividida em três capítulos. No primeiro traçaremos um breve histórico de como surgiu os primeiros programas de transferência de renda no Brasil e a importância dos mesmos no combate a pobreza, dando destaque aos principais programas nacionais de transferência de renda: BPC, PETI e PBF.

No segundo capítulo trataremos das contribuições do Programa Bolsa Família para o alívio da pobreza e diminuição das desigualdades sociais e da importância do Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal.

E no terceiro e último capítulo abordaremos o PBF no município de João Pessoa, apresentando a opinião da gestora municipal do programa. Dando destaque a questão da saída voluntária do Bolsa Família e as perspectivas a respeito do PBF desses ex beneficiários de saída voluntária. Por fim, apresentamos algumas considerações finais sobre a pesquisa,

ressaltando a importância de o tema abordado nessa pesquisa, estar sempre sendo estudado e debatido pela comunidade acadêmica. Principalmente nesse período político e econômico em que se encontra o Brasil.

1. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Para falar dos programas de transferência de renda é importante entender como os mesmos surgiram e suas contribuições no enfrentamento da pobreza e na diminuição das desigualdades sociais existentes em nosso país. Entender também como aos poucos foi se constituindo um Sistema de Proteção Social voltada a população mais carente.

Neste capítulo iremos desenhar um breve histórico dos primeiros programas de transferência de renda no Brasil ressaltando a importância dos mesmos no combate a pobreza, assim como também destacaremos alguns dos principais programas nacionais de transferência de renda, a exemplo do BPC, PETI e PBF.

1.1. Breve Histórico: Os PTRs no Brasil e sua importância no combate à pobreza

Atualmente no mundo todo existem milhares de pessoas vivendo em situação de pobreza. De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2014/2015) são cerca de 2,2 bilhões de pessoas pobres no mundo todo, mais de um terço da população global. Nos países em desenvolvimento essa situação ainda é mais agravada, pois segundo o relatório: 1,5 bilhão de pessoas sofre de pobreza multidimensional, ou seja, passam por privações nas áreas de saúde, educação e padrões básicos de vida.

O PNUD (2014/2015) defende “o acesso universal a serviços básicos de proteção social”, tanto nos países ricos como naqueles em desenvolvimento, com objetivo de “aumentar a resistência dos grupos de população mais vulneráveis” diante de fatores negativos externos.

A Declaração da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social realizada em Copenhague em 1995, define a situação de pobreza como:

Uma grave privação de bens de importância vital: comida, água potável, instalações de saneamento, cuidados de saúde, habitação, instrumentos e informação. Essas situações dependem não só dos rendimentos, mas também da possibilidade de aceder aos serviços sociais.

A concepção de pobreza, mais atual, é a do economista Amartya Sen que contribui para uma compreensão maior do tema. Para ele a pobreza deve ser encarada como privação de

capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação de pobreza (2010, p.120).

Em suma, a pobreza não pode ser mensurada apenas pela renda, mas pelo nível de privação do acesso a bens e serviços, pois essa privação impede a sua superação. No entanto, considera que o rendimento é um meio importante para as potencialidades humanas por ampliar a capacidade individual da pessoa, e sua ausência ou insuficiência é obviamente uma das principais causas da pobreza (SEN, 2010).

Sen também acredita no papel do desenvolvimento econômico de um país na superação da pobreza. Para ele, “a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer - as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter” (2010, p.28). Segundo Sen, o desenvolvimento não é um fim em si mesmo, é para além do crescimento do Produto Interno Bruto, do aumento das rendas pessoais, do avanço tecnológico ou da modernização: ele representa a ampliação das capacidades humanas e das liberdades.

Para ele “o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (2010, p.29). Tais liberdades a que ele se refere são para evitar privações como da fome, desnutrição, dificuldade de acesso a serviços públicos como de saúde e educação, bem como as liberdades de participação política e dos direitos civis.

Embora a pobreza seja um fenômeno que sempre esteve presente em todas as sociedades, no Brasil foi só a partir da década de 90 que a pobreza passou a ser considerado um problema social a ser enfrentado pela sociedade como um todo e pelo Estado em particular, ganhando espaço como tema de debate entre os governos e as ações voltadas especificamente para a redução das desigualdades sociais passaram a ser implementadas (COHN, 2004).

Surge, então, a necessidade de se promover políticas de proteção social. A proteção social por parte do Estado é algo que sempre foi debatido em todo o mundo. Exemplo disso é o Estado de bem estar social europeu (Welfare State) que buscou desenvolver formas de proteção social que diminuíssem as desigualdades sociais e econômicas através de uma renda mínima garantida pelo Estado.

No Brasil, o sistema de proteção social ensaia seus primeiros passos na Era Vargas, quando Getúlio Vargas, que ficou conhecido como o “pai dos pobres”, instituiu as leis trabalhistas. Esse sistema começou a ser pressionado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual ampliou o universo dos direitos sociais à população. Segundo Amélia

Cohn (2004), “é desse período que data a fundação do nosso sistema de proteção social, estreitamente articulada com a legislação trabalhista e sindical”.

Em seu texto, a CF/88 estabelece como direitos sociais, no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais - no Art. 6º: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

A CF/88 representou, assim, um alargamento dos direitos sociais e do campo da proteção social pública no país. Seus impactos foram relevantes tanto no que diz respeito ao desenho das políticas quanto na definição dos beneficiários e dos benefícios.¹

Em 1991, o então senador Eduardo Suplicy apresenta ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 80/1991 – Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) que tem como proposta a garantia de um benefício monetário que seja suficiente para suprir os gastos mínimos com saúde, alimentação e educação, isso para todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil há pelo menos cinco anos.

Data também dessa época os casos pioneiros de programas municipais de transferência de renda. Cidades como Distrito Federal, Santos, Campinas, Ribeirão Preto apresentaram políticas sociais de combate à pobreza.

Porém Cohn (2004, p. 3) ressalta que foi somente a partir do final da primeira metade da década de 1990 que as políticas sociais passam a ser formuladas levando-se em conta a pobreza enquanto uma questão social e coincidido com experiências prévias de governos municipais com programas de transferência de renda, que precederam programas federais similares, como exemplo o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação.

Em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a criação dos programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação ampliou os programas federais de transferência de renda e estimulou debates a cerca de uma renda mínima para os brasileiros.

É a partir de 2003, no entanto, durante o primeiro mandato do governo Lula, que a questão social atrelada à pobreza e desigualdade social começa a ganhar destaque na agenda governamental, onde programas como o Fome Zero e o Bolsa Família foram implementados no intuito de combater a pobreza e assegurar os direitos sociais da população.

Em fevereiro de 2004 foi criado, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Que surgiu com a missão de

¹ - Assistência Social e Segurança Alimentar: Entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). In.: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Vinte Anos da Constituição Federal. Brasília: IPEA (2009, p. 176) 17, Volume 1.

promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência social e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza. O ministério representa um marco de mudança no paradigma das políticas sociais no Brasil, que passam a ser estruturadas sobre o patamar de políticas públicas, de caráter permanente, na perspectiva de construção das bases materiais de um Estado de Bem Estar Social (BRASÍLIA, 2009, p. 7).

Cabem também ao MDS, a execução, supervisão, controle e avaliação dos programas de transferência de renda como o Fome Zero e o Bolsa Família.

Para Medeiros (2007), as políticas de transferência de renda têm se consolidado num importante instrumento de proteção social brasileiro. Tanto o BPC (Benefício de Prestação Continuada, quanto o PBF (Programa Bolsa Família) estavam se expandindo de forma considerável e gerando efeitos relevantes sobre os índices de pobreza e desigualdade no país.

1.2. PRINCIPAIS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Nesta seção apresentaremos três dos principais programas de transferência de renda em vigor no Brasil. Abordando seus objetivos, população alvo e suas contribuições para a proteção social brasileira.

1.2.1. Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O BPC é um benefício que está previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/93), no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) e em normativas de caráter operacional.

É um benefício da política de assistência social, por isso não é contributivo. Consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a idosos e deficientes com renda familiar per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por mês.

O Benefício de Prestação Continuada integra a proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Deve ser prestado em conjunto com os diversos serviços da assistência social e de outras políticas, com intuito proporcionar uma proteção maior a idosos e pessoas com deficiência e suas famílias. É um benefício financiado integralmente com recursos do Governo Federal.

O BPC é importante na melhoria da renda de idosos e pessoas com deficiência e de suas famílias. Contribui para estimular a participação e o reconhecimento social destes, seu

convívio social, autonomia e protagonismo, melhorando suas vidas, suas relações familiares e sociais.

Para ter direito ao benefício as pessoas com deficiência e os idosos com mais de 65 anos devem comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida por sua família.

O acesso ao benefício se dá por meio da atuação das equipes dos serviços da política de assistência social, especialmente as dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), através da divulgação do benefício, identificação de possíveis beneficiários, orientação sobre critérios, objetivos e dinâmica do benefício, com a inserção nos serviços da política de assistência social e de outras políticas, com o monitoramento e avaliação do benefício e seus impactos na família.

Das ações de inclusão dos beneficiários do BPC, uma que se destaca é o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, conhecido como Programa BPC na Escola.

O objetivo do programa é promover a qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência e que são beneficiárias do BPC, preferencialmente até 18 anos de idade, garantindo assim acesso e permanência na escola, por meio de ações articuladas das áreas de saúde, educação, assistência social e direitos humanos, envolvendo a União, Estado e Município.

O Programa conta com Grupo Gestor Local, em cada município e com um Grupo Gestor Estadual nos estados e Distrito Federal, responsáveis pela gestão e articulação das ações vinculadas ao Programa BPC na Escola no âmbito de suas competências e do território de suas unidades administrativas.

Legislação: Constituição Federal de 1988; LOAS – Lei nº 8.742/93; Lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso; Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS/ 2005); Decreto nº 6.214/07.

Programa BPC na Escola - Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007 (DOU de 26/04/2007); Portaria Interministerial nº 1º, de 12 de março de 2008 (DOU de 19/03/2008).

1.2.2. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Para combater o trabalho infantil, que expõe as crianças a vários riscos, prejudica seu desenvolvimento e configura-se como uma violação de direito, o PETI surge como um

conjunto de ações com o objetivo de retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce por intermédio de três eixos básicos: transferência direta de renda, com recurso do MDS, às famílias de crianças e/ou adolescentes envolvidos em qualquer situação de trabalho, por intermédio de cartão magnético; oferta de atividades socioeducativas às crianças e adolescentes co-financiadas pelo MDS e organizadas pelos municípios; acompanhamento sociofamiliar.

As ações da política de assistência social de enfrentamento do trabalho infantil apoiam as famílias no seu papel protetivo e oferecem às crianças e adolescentes atividades que contribuem para o seu desenvolvimento individual e social.

O PETI contribui com a erradicação do trabalho infantil no país associando-se com outras políticas sociais. Podem participar do PETI famílias com crianças e adolescentes até os 16 anos em situação de trabalho.

A participação se dá, nos municípios, por intermédio da secretaria de assistência social ou instituição similar, participando das ações de erradicação do trabalho infantil, no âmbito da política de assistência social, por meio das seguintes atividades: identificação de crianças e adolescentes que se encontram em situação do trabalho; inserção dos dados das famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico); organização e manutenção obrigatórias de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes no horário contrário ao da escola; inserção dos dados referentes a frequência nas ações socioeducativas no Sistema Específico do PETI (SISPETI); acompanhamento das crianças, adolescentes e famílias e sua inserção na rede sócio assistencial e de outras políticas.

Legislação: Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990); LOAS – Lei nº 8.742/93; Política Nacional de Assistência Social (PNAS); Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS).

1.2.3. Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, criado por Medida Provisória (nº 132) em outubro de 2003 (transformado na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004) e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Atualmente atende mais de 13 milhões de famílias, a população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Conforme o Decreto nº 8.794 (2016), as famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda familiar mensal per capita de até R\$ 85,00. As famílias pobres são aquelas que têm renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00.

As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos (CEF).

A Caixa Econômica Federal, em seu site, aponta como objetivos do programa: combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.

A Caixa Econômica Federal, também em seu site: destaca os tipos e valores dos benefícios existentes:

Benefício Básico: concedido às famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa). O auxílio é de R\$ 85,00 mensais.

Benefício Variável: para famílias pobres e extremamente pobres, que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 16 anos incompletos. O valor de cada benefício é de R\$ 39,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 195,00.

Benefício Variável de 0 a 15 anos: destinado a famílias que tenham em sua composição, crianças e adolescentes de zero a 15 anos de idade. O valor do benefício é de R\$ 39,00.

Benefício Variável à Gestante: destinado às famílias que tenham em sua composição gestante. Podem ser pagas até nove parcelas consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês. O valor do benefício é de R\$ 39,00.

Benefício Variável Nutriz: destinado às famílias que tenham em sua composição crianças com idade entre 0 e 6 meses. Podem ser pagas até seis parcelas mensais consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida. O valor do benefício é de R\$ 39,00.

Benefício Variável Jovem: destinado às famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R\$ 46,00 por mês e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 92,00.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza: destinado às famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza. Cada família pode receber um benefício por mês. O valor do

benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família.

O Bolsa Família foi um dos principais fatores para que o Brasil cumprisse, com dez anos de antecedência, o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU): reduzir a extrema pobreza pela metade (MDS, Cartilha PBF, 2015, p. 3).

Segundo Guerra et al. (2012), o PBF é caracterizado como um subsídio à demanda, uma vez que é direcionado às famílias em situação de exclusão econômica, com o intuito de melhorar suas possibilidades de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Além disso, ele tem como proposta o cumprimento de condicionalidades para as famílias, com o objetivo de ser um estímulo ao desenvolvimento de capital humano.

O Bolsa Família possui três eixos centrais: a transferência de renda, as condicionalidades e as ações e programas complementares. A transferência de renda tem por objetivo um alívio imediato da pobreza. As condicionalidades direcionam os beneficiários aos direitos sociais básicos no como: educação, saúde e assistência social. E as ações e programas complementares objetiva o desenvolvimento das famílias, de forma que os beneficiários consigam ultrapassar a situação de vulnerabilidade.²

Segundo o MDS (2015), a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família é um trabalho de parcerias entre os três níveis de governo e entre vários setores. No nível federal, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é responsável pela gestão e operacionalização do Programa Bolsa Família. Os estados possuem um papel fundamental na gestão do Programa Bolsa Família. Entre suas atribuições estão: coordenação intersetorial e articulação para o acompanhamento das condicionalidades; capacitação e apoio técnico aos municípios; execução dos recursos financeiros (IGD-E); e fortalecimento do controle e da participação social.

O Guia do Gestor Municipal do Cadastro Único destaca que os municípios são responsáveis pela gestão local do Bolsa Família. O (a) gestor (a) municipal do programa e sua equipe têm as seguintes atribuições: articulação com as áreas de educação, saúde — no acompanhamento das condicionalidades — e com a assistência social, no acompanhamento

² - A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. Texto extraído da Rev. Adm. Pública vol.48 nº 6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2014

de famílias beneficiárias; gestão de benefícios; execução dos recursos financeiros (IGD-M); acompanhamento e fiscalização das ações; fortalecimento do controle e da participação social.

Como o cadastramento das famílias também é função dos municípios, na maioria dos casos, a gestão do Bolsa Família e a do Cadastro Único estão interligadas e sob a responsabilidade de uma mesma área.

2. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Já é fato que o Programa Bolsa Família, desde sua criação, vem ganhando destaque nacional e internacionalmente como um dos principais programas de transferência de renda que vem contribuindo para tirar várias famílias da situação de pobreza e extrema pobreza, além de melhorar o acesso dessas famílias a serviços de saúde e educação.

Abordaremos neste capítulo as contribuições do Programa Bolsa Família para o alívio da pobreza e diminuição das desigualdades sociais, destacando a importância do CADÚNICO no processo de identificação das famílias brasileiras com perfil para inserção nos programas de proteção social.

2.1. Cadastro Único para Programas Sociais

Para conseguir identificar as famílias brasileiras que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, o Governo Federal instituiu, por meio do Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 o Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO, que é um conjunto de informações sobre as famílias nele inserido. Essas informações são utilizadas pela união, estados e municípios para implementação de políticas públicas necessárias para proporcionar uma melhoria de vida a essas famílias.

Segundo o MDS (2010) no Guia do Gestor Municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, entendidas como aquelas com renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos de renda total.

O Guia explica que, a base nacional do Cadastro Único contém informações de quem são, onde estão e quais são as características de aproximadamente um terço das famílias brasileiras.

O trabalho de construção dessa base de dados, de acordo com o Guia, inicia-se nos municípios, pois são os responsáveis por identificar as famílias que devem ser cadastradas, preencher os formulários de cadastramento e registrar os dados coletados no Cadastro Único, agregando-os à base nacional. Com o registro desses dados, cada pessoa cadastrada recebe um Número de Identificação Social (NIS) – um número de cidadania, único, pessoal e intransferível, que identifica cada pessoa inscrita no Cadastro Único.

O Guia do Gestor Municipal acrescenta que: o Cadastro Único não é somente uma base de dados, tampouco um conjunto de formulários preenchidos, ou um sistema informatizado. Tudo isso faz parte dele e lhe confere os meios necessários para se consolidar como aquilo que de fato é: um pilar para a articulação da ampla rede de promoção e proteção social. É um mecanismo fundamental de integração de programas sociais de diversas áreas e em todos os níveis da federação, constituindo-se em um mapa representativo da parcela mais pobre e vulnerável da população brasileira, com características, necessidades e potencialidades, tornando-se uma ponte para a inclusão social.

O Cadastro Único é um forte mecanismo de integração da rede de proteção e promoção social, mas não a garante isoladamente. A construção dessa rede requer articulações intersetoriais no âmbito municipal e entre os três níveis da federação.

O Guia do Gestor Municipal enfatiza que: o Cadastro Único é atualmente um mapa representativo das famílias mais pobres e vulneráveis do Brasil, com ampla potencialidade de utilização pelas políticas públicas, pois apresenta informações: (i) da família e do domicílio em que ela reside – o endereço de residência, as características de seu domicílio, a forma de acesso a serviços públicos (abastecimento de água, saneamento básico e energia elétrica, entre outros), composição familiar, despesas mensais e vinculação a programas sociais; e (ii) de cada uma das pessoas que compõem a família: dados pessoais, documentação civil, qualificação escolar, situação no mercado de trabalho e rendimentos (MDS, Guia do Gestor Municipal, 2010, p. 14).

Para os municípios, estados e governo federal, a visão ampliada da pobreza, retratada pelo Cadastro Único, significa a possibilidade de agregar informações e integrar as ações de diversos órgãos e entidades em seus respectivos âmbitos de competência. Isso permite que o poder público desenvolva ações e políticas para melhorar as condições de vida das famílias mais pobres do país (MDS, Guia do Gestor Municipal, 2010, p. 14).

No âmbito federal, o Cadastro Único é utilizado por diversos programas, além do Bolsa Família: Tarifa Social de Energia Elétrica; Brasil Alfabetizado; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Carteira do Idoso; Cisternas; PROJovem

Adolescente; Programas Habitacionais (Ministério das Cidades); Isenção taxa para concursos públicos.³

Todas as famílias de baixa renda devem ser incluídas no Cadastro Único, a qualquer tempo. Para o Cadastro Único, as famílias de baixa renda são, prioritariamente, aquelas com renda familiar mensal per capita (por pessoa) igual ou inferior a meio salário mínimo. Porém, as famílias com renda total de até três salários mínimos devem ser inscritas, o que ocorre principalmente para a implementação de políticas públicas habitacionais.

O MDS (2010) explica que a legislação do Cadastro Único também permite o cadastramento de famílias com renda superior às definidas anteriormente, desde que a inserção esteja vinculada à sua inclusão e à permanência em programas sociais implementados pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal (Artigo 6º do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007). Essa abertura é especialmente importante para programas sociais que objetivam atender a famílias ou pessoas cuja situação de vulnerabilidade não está necessariamente vinculada à renda (MDS, Guia do Gestor Municipal, 2010, p. 14).

O Cadastro Único é uma ferramenta importantíssima para o trabalho desenvolvido na área de Assistência Social. O Guia do Gestor Municipal do Cadastro Único acrescenta que nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios, as informações do Cadastro Único são utilizadas para diversas ações de acompanhamento das famílias cadastradas. Porém, o atendimento da assistência social aborda diversas vulnerabilidades das famílias, além da pobreza. Assim, se uma família possui rendimento maior que aquele definido para o cadastramento, mas possui uma situação específica de vulnerabilidade que a torna prioritária para a área de assistência social, essa família pode e deve ser inscrita no Cadastro Único, permitindo seu melhor acompanhamento (MDS, Guia do Gestor Municipal, 2010, p. 16).

Outra observação feita pelo Guia do Gestor Municipal é a colaboração das três esferas da federação, através de uma gestão compartilhada entre os governos Federal, Estaduais e Municipais, resultou no êxito da consolidação do Cadastro Único como um grande mapa das famílias mais pobres.

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), do MDS, no âmbito federal coordena, acompanha e supervisiona a implantação e a execução do Cadastro Único. Inclui-se a avaliação contínua e a definição de estratégias para a melhoria da qualidade das informações; a elaboração e a divulgação de regulamentos e instruções, e o apoio financeiro a

³ Consultar na página do MDS na internet os programas sociais que utilizam o Cadastro Único.

municípios e estados para fortalecer a capacidade de gestão do Cadastro Único. No mesmo âmbito está a Caixa Econômica Federal, empresa pública contratada pelo MDS para operar o Cadastro Único. A CAIXA é responsável pelo desenvolvimento do Sistema de Cadastro Único conforme definições da SENARC; pelo processamento dos dados cadastrais e atribuição de NIS a cada indivíduo cadastrado; pelo envio dos formulários de cadastramento aos municípios, entre outras atribuições (MDS, GUIA DO GESTOR MUNICIPAL, 2010, p. 17).

O governo estadual é responsável por desenvolver estratégias de acesso da população pobre a documentos de identificação civil e apoiar os municípios na gestão do Cadastro Único. Esse apoio ocorre em várias dimensões: na realização de atividades de capacitação que subsidiem o trabalho dos municípios no cadastramento e na atualização cadastral, no apoio à melhoria da infraestrutura municipal necessária à boa gestão do Cadastro Único, no auxílio à condução de ações de cadastramento de populações tradicionais e específicas, como famílias quilombolas, indígenas e pessoas em situação de rua (MDS, GUIA DO GESTOR MUNICIPAL, 2010, p. 17).

O Governo Municipal é protagonista da gestão do Cadastro Único. É no município que são identificadas as famílias de baixa renda, o cadastro é feito e os dados registrados na base nacional do Cadastro Único. Por isso o município se torna o principal responsável por garantir que a base de dados reflita, de forma fiel, a realidade socioeconômica da parcela mais vulnerável da população brasileira. É no âmbito municipal, portanto, onde ocorrem as ações essenciais que permitem dar visibilidade às características das famílias de baixa renda, possibilitando o acesso a programas sociais voltados ao atendimento de suas necessidades (MDS, GUIA DO GESTOR MUNICIPAL, 2010, p. 17).

Assim, Guia do Gestor Municipal do Cadastro Único ressalta que é através dos dados do Cadastro Único, o município pode mapear os bairros onde reside ou trabalha a maior parte das famílias de baixa renda com crianças de 0 a 5 anos e, definir adequadamente os locais onde devem ser implantadas creches e pré-escolas. Pode também identificar as famílias com domicílios precários, priorizando-as em políticas de habitação ou saneamento básico. E ainda, identificar adultos, com baixo grau de instrução, ofertando a eles cursos de alfabetização ou supletivos (MDS, Guia do Gestor Municipal, 2010, p. 83).

As formas de utilizar os dados cadastrais são variadas e muito úteis no direcionamento das políticas públicas. As pessoas que estavam fora do alcance das políticas sociais e viviam em condição de pobreza extrema passaram a fazer parte de uma rede de proteção social até então inexistente no Brasil.

2.2. Contribuições do Bolsa Família na vida das famílias beneficiárias

O Brasil sempre apresentou uma elevada desigualdade na distribuição de renda, pois apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, onde uma pequena parcela da população detém a maior parte e a maior parcela dessa população fica com a menor parte ou mesmo nenhuma renda. E a consequência disso são milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Segundo dados do Relatório da Distribuição da Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, apenas 8,4% da população se apropria de 59,4% da riqueza no Brasil. O que aumenta consideravelmente a desigualdade social existente no país.

Nesse cenário de desigualdade o Programa Bolsa Família vem atuando de forma a combater a pobreza e diminuir a desigualdade social.

O Ministério do Desenvolvimento Social, em seu site, aponta como principais objetivos do programa a promoção ao acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação e assistência social; o combate à fome e a promoção à segurança alimentar e nutricional; o estímulo a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; o combate à pobreza e a promoção a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público.

O MDS também ressalta que o Programa Bolsa Família é conhecido como um programa que busca o alívio imediato da pobreza pela transferência de renda, e com isto cumpre um papel fundamental na redução da pobreza e na diminuição da desigualdade. Contribui também para o desenvolvimento das famílias, pelas ações complementares, em parceria com outras políticas e programas. Como exemplo na capacitação profissional, pelo PRONATEC, e o desenvolvimento da educação nas escolas, pelos programas Mais Educação e Saúde na Escola, com importantes resultados em parceria com o Bolsa Família. Mas também este programa social desempenha um papel fundamental ao contribuir para o enfrentamento geracional da pobreza.

O Bolsa Família, atualmente, é o programa com maior alcance nacional em transferência de renda, atendendo a quase um quarto da população brasileira. Segundo dados do MDS, em 2003, 12% dos brasileiros estavam na condição de pobreza extrema e, em 2008, esse percentual diminuiu para 4,8% (BRASIL, 2015).

A partir desses dados podemos verificar que os programas de transferência de renda são importantes mecanismos para o enfrentamento da pobreza.

O repasse monetário feito diretamente às famílias beneficiárias possibilita o acesso aos demais serviços assistenciais e garante autonomia a essas famílias. Assim: distribuir renda monetária aos indivíduos visa precisamente emancipá-los não somente da miséria ou da pobreza, mas também de um ambiente social que pode ser causa ulterior de sofrimento (REGO; PINZANI, 2014, p. 79).

A garantia de uma renda monetária e regular permite às famílias beneficiárias uma possível autonomia, determina uma certa liberdade de escolha. Onde de acordo com o valor repassado as famílias vão poder decidir o que consumir e muitas vezes ter acesso a bens que antes não era possível a elas.

Dessa forma: A independência material garantida por meio do dinheiro é um elemento social de tal liberdade e deveria ser considerada, portanto, um bem básico e um objeto possível de políticas públicas voltadas à criação de cidadãos autônomos (REGO; PINZANI, 2014, p. 81).

Certamente essa é umas das principais contribuições do programa bolsa família, a garantia de uma renda capaz de proporcionar aos seus beneficiários alguma possibilidade de escolher o que comprar ou usufruir e onde comprar. Porém podemos destacar muitas outras contribuições do programa na melhoria da vida dos seus beneficiários.

Segundo IPEA (2013) o Bolsa Família foi responsável por 28% da diminuição da extrema pobreza na última década. Esses dados também mostram que se comparado a outras transferências de renda existente no Brasil, o Bolsa Família é o que mais tem impacto sobre a desigualdade e com menor custo, apenas 0,5% do produto interno bruto (PIB).

Atualmente são atendidas pelo programa mais de 13 milhões de famílias, o que corresponde a cerca de 50 milhões de pessoas e seu valor médio é de R\$ 176,00. O que faz o programa ter um maior efeito multiplicador na economia, pois, de acordo com o IPEA (2013), cada R\$ 1 gasto com o programa gera-se R\$ 2,4 no consumo das famílias e adiciona R\$ 1,78 no PIB. Esse efeito multiplicador pode ser melhor observado em pequenas localidades, pois a maior parte dos pequenos comércios locais se organizam de acordo com o calendário de pagamento do Bolsa Família. É um processo econômico vivenciado por vários estados, principalmente no Nordeste.

Este processo contribui para a diminuição das desigualdades sociais, segundo o MDS (2015):

As transferências sociais e, particularmente, o Bolsa Família foram responsáveis pela queda de 15% a 20% na desigualdade de renda domiciliar por pessoa, entre 2001 e 2011. A partir de 2011, o compromisso com a população mais pobre foi reforçado com o plano Brasil Sem Miséria (BSM), que ampliou o Bolsa Família, por meio da criação do Benefício para

Superação da Extrema Pobreza. Resultado: na primeira década de existência do Bolsa Família, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza. Deste total, 22 milhões superaram a miséria após a implantação do Brasil Sem Miséria (MDS, Cartilha PBF, 2015, p. 17).

Em relação à saúde e educação houve grandes melhorias a partir da implementação do Bolsa Família, suas condicionalidades contribuíram para melhorar a qualidade dos índices escolares como também um maior acesso aos serviços de saúde. Porém as condicionalidades estão além da transferência de renda, elas visam garantir o acesso a serviços sociais básicos, assim como o exercício de direitos básicos das famílias beneficiárias.

De acordo com o MDS (2015):

Na Educação, o Bolsa Família ajuda a manter os alunos na escola e a corrigir a trajetória desses estudantes. As taxas de abandono, tanto no ensino fundamental quanto no médio, são menores entre alunos beneficiários do PBF do que entre os demais alunos da rede pública. Além disso, as taxas de aprovação, que no início do ensino fundamental são um pouco mais baixas entre os estudantes do Bolsa Família, se invertem no ensino médio. Ou seja, mais jovens do PBF são aprovados, o que dá a eles oportunidades de um futuro melhor. Na Saúde, pesquisa em quase 3 mil municípios mostra que o Bolsa Família é um dos principais fatores que influenciam na redução da mortalidade infantil (MDS, Cartilha PBF, 2015, p. 17).

Desta forma, além de garantir o acesso aos direitos básicos, o programa contribui para romper com a pobreza geracional, pois proporciona as crianças das famílias beneficiárias uma melhor educação e acesso aos serviços de saúde. Onde, segundo dados do MDS, 99,1% das crianças estão com o cartão de vacinação em dia. Além da obrigatoriedade do acompanhamento médico das gestantes, bebês e nutrizes. O MDS destaca também que as gestantes beneficiárias do programa realizam mais consultas de pré-natal do que as não beneficiárias (cerca de 50% a mais). Isso contribui para que diminua os riscos de partos prematuros, as crianças nasçam e cresçam com mais saúde.

Outro fator importante do PBF é a questão da valorização feminina, pois de acordo com o MDS 93% dos titulares dos cartões do Bolsa Família são mulheres. Com isso o MDS (2015) destaca que:

Ao dar preferência às mulheres como titulares dos cartões de saque, o Bolsa Família colabora para dar autonomia a essas beneficiárias. É o início de um caminho que contribui para superar a cultura de resignação, quebrar a dominação de gênero e reforçar a cidadania (MDS, Cartilha PBF, 2015, p. 18).

Podemos citar o exemplo do PRONATEC que articulado ao CADÚNICO e o Bolsa Família já chega a mais de 600 mil matrículas, distribuídas em cerca de 2400 municípios, de

acordo com dados do MDS (2015), onde a maior parte dessas matrículas são do público feminino e em cursos que até então eram tidos como cursos destinados ao público masculino.

A priorização dada à mulher como titular do benefício proporcionou o empoderamento feminino em espaços públicos e privados. O ganho de autonomia das mulheres e de ampliação da cidadania é um dos principais indicadores do potencial intrínseco de mudança na sociedade, dependente apenas do impulso proporcionado por políticas adequadas (CAMPELLO, 2013, p. 18).

Desta forma fica claro o quanto o PBF ao longo de sua existência tem contribuído de forma significativa na melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias. Além de desmistificar a forma errônea que a maioria das pessoas enxerga os programas de transferência de renda, acreditando que esse tipo de proteção social torna seus beneficiários dependentes.

Porém ao contrário do que se imagina muitos dos que recebem esse tipo de benefício ao contemplarem uma melhor situação socioeconômica por si só decidem deixar o programa. E essa melhoria socioeconômica acontece justamente pelos beneficiários se inserirem no mercado de trabalho seja ele formal (carteira assinada) ou informal (empreendedorismo). O que derruba o mito de que o Bolsa Família geraria acomodação aos seus beneficiários.

Também não podemos deixar de citar a questão da fecundidade relacionada ao programa, que muitos acreditaram que o Bolsa Família contribuiria para que as famílias beneficiadas tivessem mais filhos, o que não ocorreu, pois segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2003 e 2013, a taxa de fecundidade caiu em todas as faixas de renda e entre os mais pobres a redução é bem mais significativa, com destaque para região Nordeste que é onde se encontra a maior parcela dos beneficiários do Bolsa Família.

Assim, diante de todos os dados expostos, é incontestável afirmar que o Bolsa Família é na atualidade o programa de transferência de renda com maior abrangência no Brasil e que vem contribuindo de forma significativa na redução das desigualdades sociais, promovendo através de sua intersetorialidade um maior acesso aos direitos sociais básicos do cidadão.

3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM JOÃO PESSOA: DADOS OFICIAIS

Neste capítulo discorreremos a respeito do PBF no município de João Pessoa, destacando os dados que mostram a abrangência do programa, apresentando a opinião da gestora municipal do programa. Como também abordaremos a questão da saída voluntária do Bolsa Família, assim como as perspectivas a respeito do PBF dessas ex beneficiárias que optaram pela saída voluntária.

3.1. Alcance do Bolsa Família no município de João Pessoa

João Pessoa é o oitavo município mais populoso da Região Nordeste, com uma população estimada pelo IBGE em 2106 de 801.718 habitantes. A capital paraibana é o principal centro econômico e financeiro do estado.

Dados do relatório trimestral do CADÚNICO (abril/17) mostram que no município de João Pessoa há 95.882 famílias inseridas no Cadastro Único, e dessas 58.357 famílias são beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias beneficiárias equivalem, aproximadamente, a 20,02% da população total do município, e inclui 23.009 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. Ainda de acordo com o CADÚNICO no mês de março de 2017 foram transferidos R\$ 10.035.318,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 171,96 por família.

O relatório trimestral do CADÚNICO (abril/17) do município destaca que a cobertura do programa é de 77,19% em relação à estimativa de pobreza do município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O relatório aponta que o município está abaixo da meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. A gestão também deve atentar para a manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido.

De acordo com a gestora municipal do programa:

[...] existe uma situação diferenciada em João Pessoa dos demais municípios, como a cidade é muito grande em relação ao universo de pessoas que são beneficiárias a gente não consegue chegar “junto” de todos, a gente recebe denúncias de pessoas que recebem indevidamente, são vários tipos de situações que existe e ainda existe uma pequena parcela de pessoas que não recebem até por desconhecimento ou por falta de documentos que não se

organizaram pra isso, mas é um número muito pequeno. (GESTORA DO PROGRAMA)

Existem dois processos de atualização cadastral realizados periodicamente pelo MDS, a Revisão Cadastral e Averiguação Cadastral.

O MDS explica que: na Revisão Cadastral são convocadas as famílias que estão sem atualizar seus dados a mais de 24 meses. Em João Pessoa 10, 335 famílias foram convocadas em março de 2017, dessas 2,037 ainda não foram atualizar seus cadastros e podem ter seu benefício cancelado caso não cumpram o prazo determinado para atualização. Essas famílias representam 3,49% do total de beneficiários do programa no município, segundo dados do relatório trimestral do CADÚNICO.

Na Averiguação Cadastral, são identificadas e convocadas as famílias que apresentam informações divergentes entre o Cadastro Único e outras bases de dados do governo federal. No nosso município, das 9.594 famílias convocadas em março de 2017, 1.800 ainda não atualizaram o cadastro e também podem ter o benefício cancelado se não cumprirem o prazo determinado.

Ao ser indagada sobre o monitoramento do programa aqui no município a gestora explicou que existe um acompanhamento constante do programa através de suas condicionalidades, tanto na saúde, na educação e na assistência social.

O relatório trimestral do CADÚNICO (abril/17) mostra que das 64.840 crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família que precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre, 56.868 foram acompanhadas. Portanto, 87,71% das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período. Onde a média nacional é de 92,57% de acompanhamento na educação. Dessa forma, o município tem um acompanhamento da frequência escolar considerado razoável, pois esta abaixo da média nacional.

Na Saúde, o relatório aponta que foram acompanhadas no último semestre 52.512 famílias. As famílias que devem ser acompanhadas são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 43.170 famílias, o que corresponde a um acompanhamento de 82,21%. A média nacional de acompanhamento na saúde é de 78,25%. Sendo assim, João Pessoa possui um acompanhamento da agenda de saúde considerado muito bom, ficando acima da média nacional.

Na área de Assistência Social são acompanhadas aquelas famílias que descumprem as condicionalidades podendo sofrer efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício quando o descumprimento é reiterado, até

seu cancelamento em casos específicos, explica o relatório. As famílias que não cumprem com as condicionalidades são consideradas famílias com possíveis vulnerabilidades, pois estão deixando de exercer seus direitos sociais básicos e são priorizadas no Acompanhamento Familiar realizado pelas equipes da Assistência Social do município.

João Pessoa apresenta 159 famílias em fase de suspensão no último período acompanhado. Dessas 41 apresentam registro de Acompanhamento Familiar no Sistema de Condicionalidades do PBF (RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CADÚNICO - abril/17).

Segundo a gestora municipal do Bolsa Família, aqui em João Pessoa são realizadas visitas diariamente pela equipe do Serviço Social e há motivações variadas para essas visitas, vão desde denúncias a visitas de averiguação solicitadas no momento do atendimento.

Das 95.882 famílias inseridas no Cadastro Único do município 68.689 famílias estão com o cadastro atualizado nos últimos dois anos. 87.652 famílias tem renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 63.427 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo estão com o cadastro atualizado (RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CADÚNICO - abril/17).

Os dados do relatório trimestral do CADÚNICO (abril/17) mostram que a Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município é de 72,36%, e a média nacional é de 70,26%. A TAC é calculada dividindo o número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com cadastro atualizado pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, multiplicado por cem.

Das famílias que podem ser incluídas no Cadastro Único, são prioridade para o PBF aquelas que possuem renda familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa.

Isso implica que o cadastro em nosso município está bem focalizado e atualizado, pois a maioria das famílias cadastradas pertencem realmente ao público alvo do programa.

Outro fator importante que o relatório trimestral do CADÚNICO (abril/17) nos traz é o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para os municípios (IGD-M) que mede mensalmente as Taxas de Atualização Cadastral e de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação e Saúde. Com base neste índice, que varia de 0 (zero) a 1 (um), são calculados os repasses financeiros que o MDS faz aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família.

Os repasses desses recursos são realizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do município. O último repasse para João Pessoa foi de R\$ 172.489,72, com base no índice 0.79 do IGD-M referente ao mês de janeiro de 2017.

Quadro-síntese (março de 2017)

| Acompanhamento das condicionalidades da Atualização Cadastral | | Acompanhamento das condicionalidades da Educação | | Acompanhamento das condicionalidades da Saúde | | IGD-M | |
|---|-------------|--|-------------|---|-------------|----------------|-------------|
| Média Nacional | Município | Média Nacional | Município | Média Nacional | Município | Média Nacional | Município |
| 0,70 | 0,72 | 0,93 | 0,87 | 0,78 | 0,82 | 0,73 | 0,78 |

Fonte: MDSA - Relatório Trimestral CADÚNICO (abril/17)

O pagamento do Bolsa Família é realizado através da Caixa Econômica Federal (CAIXA), que também é responsável pela emissão e entrega dos cartões e atendimento aos beneficiários em seus canais de pagamento: agências, correspondentes lotéricos e correspondentes CAIXA. João Pessoa possui, atualmente, 85 canais de pagamento.

Histórico de valores repassados às famílias beneficiárias do PBF no município de João Pessoa nos últimos 12 meses:

| Mês | Qtd famílias | Valor |
|-------------------|--------------|-------------------|
| Março de 2017 | 58.357 | R\$ 10.035.318,00 |
| Fevereiro de 2017 | 58.517 | R\$ 10.113.193,00 |
| Janeiro de 2017 | 57.589 | R\$ 9.927.809,00 |
| Dezembro de 2016 | 58.224 | R\$ 10.185.198,00 |
| Novembro de 2016 | 57.574 | R\$ 10.153.739,00 |
| Outubro de 2016 | 59.944 | R\$ 10.482.869,00 |
| Setembro de 2016 | 60.129 | R\$ 10.488.225,00 |
| Agosto de 2016 | 59.107 | R\$ 10.364.596,00 |
| Julho de 2016 | 59.331 | R\$ 10.376.037,00 |
| Junho de 2016 | 59.653 | R\$ 9.274.859,00 |
| Maiο de 2016 | 59.778 | R\$ 9.270.775,00 |
| Abril de 2016 | 60.288 | R\$ 9.349.712,00 |

Fonte: MDSA - Relatório Trimestral CADÚNICO (abril/17)

3.2. Saída voluntária?

Certamente a saída do programa é uma das principais críticas relacionadas ao Bolsa Família, sob a argumentação de que dificilmente alguém deixa o programa e principalmente se for voluntariamente. Popularmente falando ninguém quer largar o osso. Mas dados do Cadastro Único apontam que há uma constante movimentação dentro do Bolsa Família, há pessoas entrando e saindo periodicamente.

De acordo com o MDS, o programa oferece instrumentos que asseguram aos beneficiários o direito de continuarem recebendo o benefício, por um período de dois anos, mesmo quando sua renda ultrapassar $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa. Mas para que isso ocorra precisam atualizar suas informações voluntariamente no CADÚNICO. É a chamada Regra de Permanência.

O Bolsa Família garante também que as famílias saiam espontaneamente do programa. Através do Desligamento Voluntário, onde a família procura por conta própria o setor do programa e faz essa solicitação por meio de assinatura de Declaração de Desligamento Voluntário. Quando isso acontece a família tem direito de retornar ao programa, no período de 36 meses após o desligamento. É o Retorno Garantido: caso a família volte a se enquadrar nas regras do programa pode voltar a receber o benefício automaticamente.

Dados do MDS (2015) afirmam que, desde 2003, mais de 3,1 milhões de famílias saíram voluntariamente do programa em todo o Brasil. E na Paraíba esse número fica em torno de 51 mil famílias, no período entre 2005 e 2013.

As motivações que levam essas famílias a deixarem o programa por conta própria são variadas, mas a maioria é por melhoria na renda familiar.

Em João Pessoa, segundo dados obtidos na sede do programa no município, de janeiro de 2015 a março de 2017, 75 famílias pediram desligamento voluntário do programa.

De acordo com a gestora do programa no município:

[...] é muito pouco as pessoas que procuram voluntariamente o programa para fazer seu desligamento. Mas assim, a gente tem em média por ano, uma média de 20 pessoas, muito pouco, mas eles chegam pra devolver o cartão, dizendo que não querem mais, não precisam mais. Mas é muito pouco.
(GESTORA DO PROGRAMA)

As motivações que ela destaca, são praticamente as mesmas apresentadas no resto do país, principalmente aumento de renda familiar advinda de diversas formas. Ela afirma que entre as motivações encontradas no município para o desligamento voluntário estão:

“Melhoria na renda da família, alguns porque conseguiram a aposentadoria e não precisam mais do programa, outros porque conseguiram emprego e outros porque acham que não precisam, mesmo assim, não sendo pessoas que tem uma condição financeira boa, mas já aconteceu casos de pessoas que acham que não estavam precisando mais. (GESTORA DO PROGRAMA)

Também podemos destacar como motivação para sair voluntariamente do programa o fato das pessoas buscarem qualificação profissional, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e a Emprego (PRONATEC), onde muitos beneficiários conseguiram uma profissão e entraram no mercado de trabalho formal.

O MDS afirma que há mais de 500 opções de cursos ofertados pelo PRONATEC, a maioria cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade, dando prioridade aqueles inscritos no Cadastro Único.

Com uma melhor qualificação profissional as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis tornam-se maiores, promovendo com isso uma melhoria de renda e consequentemente a saída do Bolsa Família.

De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foram efetuadas 13.847 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria em João Pessoa, dados do MDS.

Mas a gestora do programa, ao ser indagada sobre os principais programas de qualificação profissional voltados aos beneficiários do Bolsa Família, explica que:

[...] até 2015, teve o PRONATEC que era o principal programa mais voltado para questão do Bolsa Família, aí de lá pra cá o PRONATEC deu uma diminuída na sua demanda e isso fez com que os beneficiários não tivessem muita alternativa em relação a qualificação profissional. (GESTORA DO PROGRAMA)

De acordo com a fala da gestora, desde 2015 praticamente cessaram as alternativas para a qualificação profissional. Porém é algo compreensível se considerarmos o momento político e econômico que estamos enfrentando desde 2015.

Há relatos diversos, no Brasil inteiro, de pessoas que deixaram o programa porque conseguiram uma colocação no mercado de trabalho, como já foi dito acima ou porque passaram a empreender para complementar a renda e posteriormente buscaram formalização como Microempreendedor Individual. Segundo o MDS, foram 406 mil inscrições e até abril de 2014, foram registradas 3,2 milhões de operações voltadas ao fortalecimento de pequenos negócios e empreendimentos.

Essas são apenas algumas das motivações existentes para a saída voluntária, o acesso ao emprego formal pela capacitação profissional e a busca pelo empreendedorismo alcançando com isso uma melhoria de renda. Porém a saída voluntária abre um debate a cerca

de que até que ponto o programa contribui para que esses beneficiários saiam voluntariamente e se há outras motivações além da melhora na renda familiar, levando em consideração como essas pessoas viviam antes de entrarem no programa e como estão após sua saída.

3.3. Aproximação do objeto da pesquisa: desenho metodológico

Para tentar compreender as reais motivações que levaram alguns beneficiários a deixarem o PBF de forma voluntária, analisando se essas motivações se aproximam dos relatos apresentados em todo país e se estão de acordo com a opinião da gestora municipal do programa, fez-se necessário buscar contato com alguns desses ex beneficiários, no caso todas foram mulheres, de saída voluntária para que pudessem relatar suas experiências junto ao programa no município de João Pessoa.

Para isso foi realizado, primeiramente, um contato informal com a gestora do Programa Bolsa Família de João Pessoa, que embora tenha se apresentado bastante receptiva, informou que para poder liberar os dados dos ex beneficiários seria necessário buscar autorização na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES-PMJP.

A partir daí foi realizado contato formal através de ofício à Diretora de Assistência Social da SEDES-PMJP, que não se mostrou muito receptiva à ideia, impondo várias dificuldades para a liberação de acesso aos dados dos ex beneficiários. Embora o MDS através do Guia do Gestor Municipal do Cadastro Único deixa claro que:

O Decreto nº 6.135, de 2007, que regulamenta o Cadastro Único, é claro ao definir que: “Art. 8º Os dados de identificação das famílias do Cadastro Único são sigilosos e somente poderão ser utilizados para as seguintes finalidades:
I - formulação e gestão de políticas públicas; e
II - realização de estudos e pesquisas (MDS, GUIA DO GESTOR MUNICIPAL, 2010, p. 90).

Mesmo assim foram realizados todos os procedimentos burocráticos que a senhora diretora julgou serem necessários para liberação dos dados, foram entregues o roteiro das entrevistas que seriam realizadas com a gestora e com os ex beneficiários assim como o termo de consentimento livre e esclarecido. E após vários telefonemas e muitas idas e vindas a Secretaria, finalmente foi autorizado o acesso aos dados.

Na sede do Bolsa Família de João Pessoa, de posse da autorização para acesso aos dados a gestora apresentou-se bastante receptiva e contribuiu de forma satisfatória nos concedendo entrevista e acesso aos dados necessários para contato com ex beneficiários. Com essa etapa de acesso aos dados vencida, iniciou-se outra etapa, que segundo a gestora do

programa ressaltou: “seria a mais difícil”, fazer contato com os ex beneficiários e convencê-los a relatar sua experiência com o PBF.

Realmente foi bastante complicado esse primeiro contato, pois alguns desses ex beneficiários demonstraram grande resistência em querer participar. A primeira a ser contatada falou que: “o que tinha pra resolver com o Bolsa Família já tinha sido resolvido, já havia devolvido o cartão e não tinha interesse em falar no assunto”. Outros se mostraram receosos, uns simplesmente nem sequer atendiam a ligação e alguns dos números dos telefones disponibilizados não existiam ou eram apenas para recado.

Após várias tentativas frustradas e em meio ao desinteresse da maioria contatada, houve alguns que se dispuseram a participar de forma consciente e contributiva.

Foram-nos disponibilizados 22 (vinte e dois) contatos de ex beneficiários de desligamento voluntário. Tentamos contatos com todos, com exceção dos números inexistentes, os que eram apenas para recados e os que não se interessam em participar, ficaram apenas 8 (oito), desses foram realizadas entrevistas com 6 (seis) e dois apenas nos forneceram informações que julgamos ser interessante relatar.

Das 6 (seis) entrevistas realizadas, uma foi descartada por não se enquadrar no perfil da pesquisa, embora a entrevistada estivesse com o nome inserido na lista de beneficiários de desligamentos voluntários a mesma não chegou a receber o benefício. Conforme ela nos relatou seu nome fazia parte do cadastro da mãe e ao alcançar a maior idade “recebeu” um cartão do benefício já com algumas parcelas disponíveis, porém preferiu devolver, pois seu esposo é funcionário público e sua renda não condiz ao perfil do programa.

Como já mencionado acima, houve duas beneficiárias que nos forneceram algumas informações sobre como se deu seus desligamentos do programa. Uma através de contato telefônico com o esposo da mesma, ele relatou que chegou para sua esposa um cartão do benefício (não soube dizer como, pois afirmou que não havia feito cadastro), já havia algumas parcelas disponíveis que totalizava um valor de mais de 800 reais, porém não utilizaram o benefício, resolveram devolver o cartão. Pois ele afirmou ser funcionário público e ter uma renda razoavelmente boa. Falou, em tom orgulhoso, que os funcionários do programa ficaram admirados com a atitude, pois geralmente as pessoas sacam o valor pra poder devolver, isso quando devolvem.

A outra beneficiária não conseguimos contato direto com ela, pois o telefone de disponibilizado em seu cadastro era de uma casa de acolhida, onde a mesma morou por um bom tempo. A pessoa responsável pela casa que forneceu as informações, explicou que a ex beneficiária viveu por muito tempo nas ruas em uma alta situação de vulnerabilidade social,

porém não vivia mais na casa e eles não tinham mais contato com ela. Recebia o BF e devolveu o benefício, por ter sido contemplada com o BPC.

Para colher os relatos dos ex beneficiários foram realizadas entrevistas, que, por falta de aproximação com as entrevistadas, foram formalizadas em locais por elas determinados, e apenas duas na residência da própria entrevistada. O período das entrevistas foi de 25/04 a 03/05/17.

Conforme definição de Gil, entrevista é:

A técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p.109).

O tipo de entrevista aplicada foi a semiestruturada que de acordo com Gil (2008, p. 121), por possibilitar o tratamento qualitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

De acordo com o disposto no TECLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi apresentado às entrevistadas e as mesmas assinaram garantido sua participação nas entrevistas, será resguardado o anonimato de suas identidades, ficando assim as mesmas apenas denominadas beneficiária 1, beneficiária 2, 3 e assim sucessivamente.

As entrevistas tiveram uma duração média de 25 minutos, algumas até um pouco menos, por ser o primeiro contato presencial entre entrevistador e entrevistado as mesmas não se mostravam muito a vontade, porém de certa forma em seus discursos demonstraram um certo discernimento em relação ao programa.

Assim, ao transcrevermos as entrevistas buscamos apresentar suas falas na forma mais original possível, para que com isso possa ficar claro os pensamentos e ideias das mesmas em seus discursos.

3.4. Perspectivas de ex beneficiários de saída voluntária

Nesta seção serão apresentados todos os relatos, conforme os questionamentos da entrevista, de ex beneficiárias de saída voluntária que tivemos contato e que participaram das entrevistas. Suas opiniões, experiências e expectativas junto ao programa. Primeiramente apresentamos um quadro resumo com o perfil de cada beneficiária.

Quadro resumo - perfil das ex beneficiárias entrevistadas:

| Beneficiária | Perfil |
|---------------------|---|
| 1 | 33 anos, ensino superior (Arquivologia), solteira, 1 filho, renda familiar 3 salários mínimos, mora em Jaguaribe; |
| 2 | 36 anos, ensino fundamental, casada, 2 filhos, renda familiar 2 ½ salários mínimos, mora em Cruz das Armas; |
| 3 | 42 anos, ensino médio, casada, 2 filhos, renda familiar 2 salários mínimos, mora em Jaguaribe; |
| 4 | 60 anos, analfabeta, viúva, 2 filhos, renda familiar 1 salário mínimo, mora em Colinas do Sul; |
| 5 | 40 anos, ensino superior (cursando Serviço Social), casada, 2 filhos, renda familiar 3 ½ salários mínimos, mora no Costa e Silva. |

FONTE: Pesquisa de campo

O primeiro questionamento foi sobre o que elas acham a respeito do programa, todas falaram do quanto o BF é importante para as famílias beneficiárias destacando alguns detalhes de suas experiências pessoais com o programa e, utilizando-se de adjetivos como maravilhoso, bom, importante e válido, as ex beneficiárias ressaltaram o quanto o benefício atendeu suas necessidades no momento em que elas mais precisaram. Deixando claro que: “embora seja um valor simbólico. E na crise que estamos, não tem emprego pra todos, ajuda muito” (BENEFICIÁRIA 3). “Principalmente quando atende quem realmente precisa” (BENEFICIÁRIA 5).

Ao serem questionadas sobre o que melhorou em suas vidas a partir do momento em que entraram no programa houve relatos bastante interessantes, como o da beneficiária 2 que tinha acabado de chegar do interior e o benefício foi fundamental para a mesma se manter na capital. Além das outras que relataram o quanto o BF contribui para a melhoria do bem estar dos filhos:

| Beneficiária | O que mudou em sua vida a partir do momento em que você entrou no BF |
|---------------------|---|
| 1 | Me ajudou muito, tinha acabado de chegar do interior pois tinha passado no vestibular e estava desempregada. Embora o valor seja pequeno, mas é certo, você sabe que pode contar com ele e ajuda muito; |
| 2 | Ajudou muito e eu sempre procurava utilizar com meus filhos, melhorou muito as coisas pra eles; |
| 3 | Me ajudou muito, eu estava desempregada e quando comecei receber meus filhos eram pequenos na época e ajudou no leite deles; |
| 4 | Melhorou muita coisa. Mesmo sendo pouquinho, mas sabia que tinha aquele dinheirinho certo todo mês; |
| 5 | Quando entrei no programa só meu marido trabalhava, mesmo assim era pouco o que ele recebia, pagávamos aluguel. Quando comecei receber do programa, mesmo pouco ajudava muito, principalmente a comprar as coisas para as crianças; |

FONTE: Pesquisa de campo

Quando indagadas de como utilizavam o valor recebido, embora algumas relatassem utilizar em alguma necessidade mais urgente, como complemento de aluguel, pagamento de água ou energia e às vezes vestuário, a maioria deixou evidente que a principal utilização do benefício era com alimentação. Assim como mostra suas falas, apresentadas a seguir:

| Beneficiária | Como utilizava o valor que recebia do programa |
|---------------------|--|
| 1 | Geralmente com alimentação ou com alguma outra necessidade mais urgente. |
| 2 | Procurava gastar com os filhos e as necessidades deles. Ajudava a comprar o lanche e outras coisas que eles precisassem. |
| 3 | Na compra de alimentos, principalmente para os filhos. |
| 4 | Pra alimentação, às vezes completar o aluguel ou alguma conta de água/luz. |
| 5 | Na alimentação, às vezes uma roupa ou outra coisa que estivessem precisando. |

FONTE: Pesquisa de campo

A alimentação com certeza vai ser sempre a prioridade para aqueles que passam por privação econômica, ao contemplarem uma melhoria de renda, por mínima que ela seja, o primeiro item a ser melhorado é a alimentação, seja comprando uma quantidade e/ou variedade maior de alimentos ou usufruindo de alimentos que até então não tinha acesso.

Em relação às condicionalidades, todas julgaram importante o cumprimento, afirmaram que era algo que já faziam antes do programa, o acompanhamento peso/medida, vacinação em dia e as crianças na escola, todas se mostraram conscientes em relação ao acompanhamento da saúde e da educação dos filhos. A beneficiária 3 destacou que a exigência do programa em relação a saúde e educação são necessárias “para própria proteção da criança, pois há pessoas que só cumprem para não perder o benefício”.

No que diz respeito a se sentirem estimuladas pelo PBF para participar de programas de qualificação profissional, com exceção da beneficiária 3, todas disseram não haver estímulo algum por parte do programa, relataram que chegaram a se inscrever em alguns cursos pelo PRONATEC mas não foram chamadas. Algumas explicaram que por estarem envolvidas em outras atividades não buscavam esses recursos.

Embora reconhecessem ser importante essa qualificação, em João Pessoa esse critério do programa deixa a desejar. O que faz bastante sentido ao considerarmos a fala da gestora do programa sobre esse tema onde a mesma explicou que após 2015 houve uma redução nas vagas dos cursos pelo PRONATEC deixando os beneficiários sem alternativa em relação à qualificação profissional. Mas não podemos deixar de levar em consideração, como já

mencionado anteriormente, o momento político/econômico que o Brasil enfrenta desde 2015, onde vem ocorrendo um declínio do PRONATEC.

A beneficiária 3 explicou que há Centros de Referência da Cidadania – CRCs que ofertam cursos, como Cabeleireiro, Manicure, Costura, Artesanato, entre outros, porém as pessoas não se interessam. Segundo ela, as que se interessam em fazer os cursos conseguem trabalhar por conta própria e complementar sua renda, em suas palavras: “não é das melhores profissões, mas já proporciona uma melhoria na renda da família”. Ela tem esse conhecimento por já ter trabalhado pelo PETI em alguns desses centros.

Sobre o desligamento voluntário todas deixaram o programa durante 2016 e as principais motivações alegadas foram a melhoria de renda, três conseguiram empregos com salários que satisfizeram suas necessidades, uma ficou com pensão após morte do esposo e outra começou a empreender. A beneficiária 2 relatou que mesmo precisando do benefício sempre se sentiu mal por recebe-lo, mas durante muito tempo não teve oportunidade de deixar o programa. Porém ao conseguir emprego durante um período, utilizou o valor recebido após sua demissão para comprar mercadoria (roupas) para negociar, conseguindo assim melhorar sua renda familiar e deixar o programa.

Os relatos relacionados sobre se elas acreditam que o PBF provoca mudanças na vida das famílias beneficiárias, foram bastante significativos. Algumas responderam de forma bem objetiva, demonstrando pouco discernimento em relação ao assunto, porém outras de forma mais aprofundada explicaram seu ponto de vista. A beneficiária 1 falou da questão do empoderamento das famílias, explicou que:

[...] é uma forma de empoderar as famílias. Principalmente as mulheres, muitas vivem na dependência dos maridos e não possui renda. Esse benefício traz para elas uma liberdade de poder escolher o que vai fazer com o dinheiro e qual necessidade da família vai atender. (BENEFICIÁRIA 1)

A beneficiária 2 ressaltou o quanto o BF foi importante na melhoria da qualidade de vida da sua família, pois como não queria depender do benefício e se sentiu motivada em buscar outros meios de conseguir melhorar sua renda começando assim a empreender. A beneficiária 5 acredita sim que existe mudanças, mas não são muito significativas, são pequenas mudanças, que segundo ela, depende mais do beneficiário.

Ao serem questionadas sobre o que poderia mudar ou melhorar no programa, com exceção da beneficiária 3, todas destacaram a questão da fiscalização, pois elas relataram conhecer pessoas que recebem o benefício sem se enquadrarem no perfil do programa, como também conhecem pessoas que precisam e estão fora do programa. Assim explicaram:

| Beneficiária | O que poderia mudar ou melhorar no programa |
|--------------|---|
| 1 | Primeiro espero que não acabe, pois com a situação que está no país é capaz de quererem acabar. O que poderia melhorar seria a fiscalização, pois muita gente que não precisa recebe, principalmente no interior, enquanto tem pessoas que precisam e não recebem. E outra coisa que poderia melhorar seria as orientações aos beneficiários. Orientação de como utilizar e como cuidar do benefício. Porque às vezes outra pessoa da família pega o benefício e gasta de forma indevida. |
| 2 | A fiscalização, porque tem gente que mente, diz que não tem marido ou que o marido não trabalha. Conheço gente que tem casa boa, o marido tem emprego bom e mesmo assim recebe. Enquanto outros ficam de fora ou o valor diminui, minha irmã precisa e diminuíram o Bolsa dela. Então o que poderia mudar era isso, ter mais fiscalização, eles irem nas casas das pessoas pra ver se o que elas falam é verdade. |
| 3 | A qualificação/capacitação profissional dos responsáveis da família, pois quando trabalhava com crianças no PETI viu essa necessidade, algumas mulheres procuravam fazer algum tipo de curso (ex.: manicure) e começavam a trabalhar por conta própria e já ajudava a complementar a renda da família. |
| 4 | Deveria melhorar a fiscalização pra ver quem realmente precisa, pois quem precisa não recebe e tem gente que não precisa e tá recebendo, que eu conheço. |
| 5 | Com certeza a fiscalização, tem muitos casos de gente recebendo e que tá fora do perfil do programa. E também tem gente precisando mas não tá recebendo. |

FONTE: Pesquisa de campo

Essa questão da fiscalização do programa é algo que vem sendo intensificada desde sua implementação, porém constantemente são identificadas irregularidades.

Segundo o MDS, a fiscalização é feita, em média, duas vezes por ano pela Controladoria Geral da União (CGU), onde a mesma sorteia os municípios que serão investigados. No caso de denúncias, o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público e o próprio MDS também investigam possíveis fraudes.

No ano passado o MDS apontou o município de João Pessoa como a 10ª cidade com maior número de benefícios bloqueados, foram 4.143 benefícios no total constatados com irregularidades. De acordo com o MDS isso foi possível após o cruzamento de dados de seis bases do governo federal: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Sistema de Controle de Óbitos (Sisobi), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

A última questão levantada para as ex beneficiárias, e uma das mais importantes foi se elas já se sentiram humilhadas por receberem o Bolsa Família. E como já esperado todas responderam que sim, que há muita discriminação em relação ao programa, muitas vezes por falta de conhecimento. São relatos que nos fazem refletir como a sociedade mais abastada trata os menos favorecidos:

| Beneficiária | Já se sentiu humilhada/discriminada por receber o BF |
|--------------|---|
| 1 | Eu evitava falar sobre o assunto, dizer que era beneficiária. Principalmente na época da universidade, pois a realidade dos colegas era diferente da minha e eles tinham uma visão distorcida do programa. Não foi fácil pra mim, muitas vezes evitava falar pra não passar por constrangimentos, por não conhecer o programa as pessoas o criticam e não entende a realidade de quem precisa. Na verdade muitas vezes tinha vergonha de precisar do benefício. |
| 2 | Sim muito, mesmo precisando me sentia humilhada. Quando ia receber na casa lotérica fazia tudo pra o povo da fila não ver o cartão, porque muitas vezes quando viam o cartão amarelinho começavam a falar besteira, dizer que quem recebe é vagabundo, essas coisas, acham que a gente vai receber e gastar no salão, isso me deixava muito triste. |
| 3 | Sempre existe discriminação, uma piadinha aqui, outra ali. |
| 4 | Já sim. Muita gente fala que o BF é só pra quem é passa fome. Que é uma esmola. |
| 5 | Sim com certeza. Quando ia receber na caixa ficava numa posição pra que não desse pra ninguém ver o cartão. Pois as pessoas discriminam demais. Também não gostava de receber nas lotéricas, tinha vergonha. |

FONTE: Pesquisa de campo

O preconceito em relação ao Bolsa Família é tão disseminado na sociedade que acaba atingindo os próprios beneficiários, pois eles acabam internalizando esse sentimento. Ao ponto de mesmo precisando do benefício se sentirem humilhados por precisar e acabam enxergando o programa, não como um direito, mas como um favor.

Rego e Pinzani afirmam que:

As pessoas humilhadas pela sociedade são levadas a pensar que merecem tal humilhação e que sua situação humilhante é a consequência de uma falta por parte delas. Interpretam sua inferioridade econômica e social como inferioridade intelectual ou volitiva e, portanto, aceitam sua condição e a consideram como o resultado de um fracasso pessoal, não de um arranjo socioeconômico determinado. (REGO; PINZANI, 2014, p. 56).

E operar mudanças nesse tipo de pensamento torna-se quase que impossível, pois muitos preferem acreditar que não precisam mais do benefício, como ficou evidenciado nas falas de uma das ex beneficiárias e da própria gestora, do que assumirem que precisam e tentar quebrar esse preconceito estabelecido.

Analisando as perspectivas apresentadas pelas ex beneficiárias entrevistadas fica claro a avaliação positiva que elas fazem do programa. Mostra também que o Bolsa Família contribuiu significativamente na melhoria da renda familiar e na qualidade de vida delas no período que foram beneficiária, embora, como algumas frisaram o valor seja pouco, é uma renda monetária regular que lhes proporcionava uma certa segurança. E mesmo considerando que o benefício de uma forma geral proporciona um alívio imediato às necessidades, nenhuma se mostrou interessada em permanecer no programa, pelo contrário, ao contemplarem uma

melhoria em sua situação socioeconômica decidiram pedir desligamento. Levando-nos a entender que a principal motivação seja o fato de se sentirem discriminadas por precisarem do benefício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de fazer qualquer outro tipo de consideração é importante salienta que esta pesquisa não contempla a realidade nacional, dado que representa apenas o município de João Pessoa e a amostra analisada representa uma mínima parte do universo da pesquisa.

O Programa Bolsa Família se consolidou, no decorrer de sua existência, como um importante instrumento de combate a pobreza e de diminuição das desigualdades sociais, visto que por estar focalizado na população mais carente ele gera um alívio imediato da pobreza, e através de suas condicionalidades garante aos beneficiários o acesso aos direitos sociais básicos como, educação, saúde e assistência social. Buscando com isso fortalecer as famílias beneficiárias e romper com a pobreza geracional existente em nosso país.

Embora seja alvo de inúmeras críticas, são visíveis as diversas contribuições que o PBF proporcionou na vida de seus beneficiários. E estudos de várias instituições idôneas, a exemplo do IPEA, já desmitificaram a forma errônea que a maioria das pessoas enxerga os programas de transferência de renda, especificamente aqui estudado o PBF, acreditando que esse tipo de proteção social torna seus beneficiários dependentes de ajuda financeira do Estado, que tem mais filhos para ganhar mais do Bolsa e que vão gastar o valor recebido de forma indevida. Essa discriminação em sua maior parte vem de pessoas que já nasceram abastadas e não conhecem nem de longe a pobreza em que vive a maior parte da população brasileira. Não sabe o que é viver com vários tipos de privações, principalmente a privação dos seus direitos básicos de cidadão garantidos pela constituição.

Porém, independente de críticas, quem realmente precisa do programa sabe de sua importância e do impacto que o mesmo causa na vida de seus beneficiários. E mostrar essas mudanças causadas por um programa de transferência de renda sempre será necessário enquanto o Brasil for um país em desenvolvimento, onde as desigualdades sociais são muito evidentes e a má distribuição de renda contribui para que elas cresçam.

A pesquisa aqui retratada buscou analisar as motivações que levaram alguns beneficiários a deixarem o programa voluntariamente, destacando as principais mudanças socioeconômicas na vida dessas pessoas no período em que estiveram inseridas no programa.

Através dos relatos das ex beneficiárias o que pôde ser observado é que todas buscaram o programa em um momento de adversidade financeira e tiveram suas necessidades mínimas atendidas naquele momento. E mesmo no período de permanência, sempre buscaram meios de melhoria de renda para que pudessem deixar o programa. Com isso ficou evidente que embora reconheçam todos os aspectos positivos do Bolsa Família elas se sentiam mal por precisarem do mesmo, principalmente pela discriminação sofrida pelos beneficiários, deixando claro que essa seria a principal motivação para deixarem o programa.

Porém, embora a discriminação fique evidente como principal motivação para o pedido de desligamento voluntário das ex beneficiárias entrevistadas, acreditamos que há várias outras motivações se considerarmos o número geral dos que deixaram o programa voluntariamente aqui em João Pessoa, mas para chegar a esse entendimento seria necessário um estudo mais aprofundado do tema e um alcance maior de ex beneficiários.

Outro fato importante que não podemos deixar passar despercebido é a crise política e econômica em que o Brasil está mergulhado nesse momento, o que certamente influenciou na diminuição do número de desligamento voluntário. Pois além do desemprego crescente estamos vivenciando um período de ataques aos direitos sociais, já adquiridos, e aos programas sociais que proporciona proteção social a população mais pobre.

Os resultados alcançados com essa pesquisa nos mostra a necessidade do debate contínuo sobre o Programa Bolsa Família, até mesmo como forma de monitoramento, onde possamos com isso continuar derrubando mitos a respeito do programa e destacando sua importância para a proteção social no Brasil. Além de nos estimular a continuar estudando esse tema, para que assim possamos contribuir de forma cada vez mais significativa com o debate levantado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Concepção da Proteção Social Não Contributiva no Brasil.

Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Acessado em: 14/11/16

BRASIL. Mais de 3 milhões de famílias deixam voluntariamente Bolsa Família

Disponível em: <www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/04/mais-de-3-milhoes-de-familias-deixam-Bolsa-familia>

Acessado em: 14/11/2016

BRASIL. Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira - Dados do IRPF 2015/2014

Disponível em: <<http://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/distribuicao-pessoal-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>>

Acessado em: 14/11/16

CAMPELLO, T.; NERI, M. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.

Brasília: IPEA, 2013.

CEF. Programas Sociais – Bolsa Família

Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>

Acessado em: 18/11/16

COHN, Amélia. Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil

Disponível em: <www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/acohn.pdf>

Acessado em: 15/11/2016

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Copenhague 1995. Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/dh/index.php/Confer%C3%A2ncias-deC%C3%BApula-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-sobre-DireitosHumanos/declaracao-e-programa-de-acao-da-cupula-mundial-sobredesenvolvimento-social.html>>.

Acessado em: 17/11/16

EXAME. Pobreza afeta 2,2 bilhões de pessoas no mundo todo

Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/pobreza-afeta-2-2-bilhoes-de-pessoas-no-mundo-todo/>>

Acessado em: 17/11/16

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Ana C. et al. Programa Bolsa Família: uma análise sob o ponto de vista dos usuários. In: **ENANPAD**, 36., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2012.

Disponível em:

<www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=848&cod_evento_edicao=63&cod_edicao_trabalho=14415>

Acesso em: 18/11/16

JACCOUD, L. B. **Proteção social no Brasil: debates e desafios**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.

Brasília: MDS, 2009

MDS. Condicionalidades

Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>

Acessado em: 18/11/16

MDS. BOLSA FAMÍLIA: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social

Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf>

Acessado em: 30/04/17

MDS. Guia do Gestor Municipal: Cadastro Único para Programas Sociais

Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/cegov/files/mds/MDS_2010_GuiaGestorMunicipalCadUnico.pdf>

Acessado em: 15/04/17

MDS. Tereza Campello destaca avanços do Bolsa Família nos últimos 12 anos

Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/outubro/tereza-campello-destaca-avancos-do-bolsa-familia-nos-ultimos-12-anos>>

Acessado em: 18/11/16

MDS. Relatório Trimestral CADÚNICO (abril/17)

Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>

Acessado em: 03/05/2017

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil:** contribuições para o debate. In: IPEA, textos para discussão, n. 1283, jun./2007.

PMBG. Programa Municipal de Enfrentamento à Pobreza no Âmbito da Política de Assistência Social

Disponível em:< www.bentogoncalves.rs.gov.br/downloads/Programa-Municipal-Enfrentamento-Pobreza.pdf>

Acessado em: 15/11/2016

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família:** autonomia, dinheiro e cidadania. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**

Brasília: IPEA, 2013

Disponível em:

<www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf>

Acessado em: 15/11/16

ANEXOS